

Maioria dos magistrados descontente com salários

Estudo revela que juizes e Ministério Público gostavam de uma justiça mais ágil. Quanto à remuneração, julgam ter piorado muito, assim como o prestígio da profissão.

Lusa | 10:24 Sexta feira, 20 de setembro de 2013

Última atualização há 9 minutos



TIAGO MIRANDA

Relativamente à remuneração, 61,1% dos magistrados garantem que "tem piorado muito"

6

TEXTO

A A

IMPRIMIR



ENVIAR



Mais de metade (57,8 por cento) dos magistrados inquiridos numa análise do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, defende ser necessário agilizar a administração da justiça e simplificar os procedimentos.

O estudo, subordinado ao tema "Quem são os nossos magistrados?" e ao qual responderam 574 magistrados (judiciais e do Ministério Público) e que será hoje apresentado, revela que a segunda prioridade indicada (9,7%) para a reforma do sistema é a reorganização do mapa judiciário.

"Dotar os órgãos de justiça de meios de registo, transmissão e processamento de dados" surge em terceiro lugar nas reformas pretendidas, com 8,7% das respostas, seguido da opção "melhorar a remuneração dos profissionais na área da justiça", com 6,4%.

Os inquiridos consideram igualmente importante aumentar o número de magistrados do Ministério Público e de juizes de primeira instância.

Uma percentagem de 0,8 por cento dos magistrados que responderam ao questionário considera que a reforma mais importante seria "estabelecer ingressos distintos para as carreiras judicial e do Ministério Público".

Sobre a evolução que se sentiu nos últimos dez anos, 32,6% dos inquiridos consideram que, relativamente à independência no exercício profissional, a situação "tem piorado", enquanto 8,8% dizem que "tem melhorado" e mais de metade (51,2%) acha que "tem permanecido igual".

Ordenado e prestígio têm "piorado muito"

Relativamente à remuneração, 61,1 por cento garantem que "tem piorado muito" e 33 por cento que "tem piorado". Apenas 3,6 por cento das respostas referem que "tem permanecido igual".

Relativamente ao "prestígio na sociedade" da profissão, 52,5 por cento entendem que "tem piorado muito" e 42,5 por cento que "tem piorado", enquanto 4,8% dizem que "tem permanecido igual".

Uma larga percentagem (59,3 por cento) dos magistrados concorda que a atividade "gera stresse profissional" e 42 por cento acham que "o volume de trabalho é excessivo".

Um total de 38,6 por cento admite que "tem, por vezes, uma relação emocional com os casos que deve decidir" e 53,3 por cento declaram-se "motivados no exercício da profissão".

Questionados sobre a sua orientação política, 35,4 por cento dos juizes declararam ser do "centro" e 23 por cento do "centro-direita", enquanto 23,9 dizem ser do "centro-esquerda" e 10,6 de "esquerda". De extrema-direita surge uma percentagem de 0,9 por cento.

O "centro" também preenche a maior fatia da orientação política dos magistrados do Ministério Público, com 33,2% das respostas, seguido do "centro-esquerda", com 26,1 por cento, e do "centro-direita", com 19,7 por cento.

A "direita" obtém 6,7 por cento das respostas e a extrema-esquerda 3,4 por cento. A extrema direita não ultrapassa os 0,8 por cento.

A amostra do estudo é composta por 574 respostas, das quais 343 foram dadas por magistrados do MP, 151 por juizes e 80 por "desconhecidos".

O estudo, da autoria de António Casimiro Ferreira (coordenador), João Paulo Dia, Conceição Gomes, Madalena Duarte, Paula Fernando e Alfredo Campos, é hoje apresentado no seminário "Quem são os nossos magistrados? Caracterização profissional dos juizes e magistrados do Ministério Público em Portugal", em Lisboa.